

## **1. Informações gerais**

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“EcoRodovias”, “EcoRodovias Infraestrutura” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla “ECOR3”. A Companhia iniciou suas atividades em 7 de novembro de 2000 e tem por objeto operar ativos de logística intermodal, por meio da exploração de concessão de rodovias, assim como exploração de negócios de logística, tais como retroáreas, armazéns alfandegados, centros de distribuição, terminais portuários, entre outros, e a participação em outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP.

As controladas diretas e indiretas da Companhia (“Grupo EcoRodovias”) estão sumariadas na Nota Explicativa nº 2.

### Aprovação das demonstrações financeiras

A conclusão e emissão das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 03 de março de 2015.

## **2. Apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1. Declaração de conformidade e base para preparação**

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

#### a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

## **2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação**

### **2.1. Declaração de conformidade e base para preparação--Continuação**

#### **b) Demonstrações financeiras individuais da controladora**

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Em 31 de dezembro de 2014 não existiam instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

### 2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

*Joint venture* é um tipo de acordo conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da *joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

Os investimentos da Companhia em sua coligada e na *joint venture* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

	31/12/2014	31/12/2013	Atividade principal
<b>Controladas diretas:</b>			
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	100,00%	100,00%	Participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além da prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
EIL01 Participações S.A.	100,00%	100,00%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	8,00%	58,00%	Exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA.
Ecoporto Santos S.A.	100,00%	100,00%	Operações portuárias, manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação no Porto de Santos.
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	100,00%	100,00%	Manuseio e armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.
Ecoporto Transporte Ltda.	100,00%	100,00%	Movimentação interna de contêineres das empresas Ecoporto Santos e Termares, atendendo ao mercado de transporte de carga fracionada e de distribuição.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

### 2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas--Continuação

	31/12/2014	31/12/2013	Atividade principal
<b>Controladas em conjunto:</b>			
Elog S.A.	80,00%	80,00%	Prestação de serviços de armazéns-gerais e serviços específicos de logística. Holding do segmento de logística da Companhia.
Serviços de Tecnologia e Pagamentos S.A. - STP	-	11,41%	Opera com serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre.
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	20,00%	-	Exploração do Contorno Metropolitano Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte.
	31/12/2014	31/12/2013	Atividade principal
<b>Controladas indiretas:</b>			
<b>Controlada EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.</b>			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100,00%	100,00%	Exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes.
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100,00%	100,00%	Opera mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão.
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100,00%	100,00%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 006 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	100,00%	100,00%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 003 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	90,00%	90,00%	Exploração pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
<b>Controlada Elog S.A.:</b>			
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	80,00%	80,00%	Administrar o terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões, cargas e contêineres com destino ao Porto de Santos.
ELG-01 Participações Ltda.	80,00%	80,00%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Elog Logística Sul Ltda.	80,00%	80,00%	Prestação de serviços de armazéns-gerais e serviços especificados de logística.
Anish Empreendimentos e Participações Ltda.	80,00%	80,00%	Empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis e participação em outras sociedades civis ou comerciais.
Paquetá Participações Ltda.	80,00%	80,00%	Administração de bens próprios.

## **2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação**

### **2.3. Contratos de concessão**

Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade:

(I) Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Explora o Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6). Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigera até outubro de 2025.

(II) Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Administra conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 134,9 km de extensão. Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigera até junho de 2039.

(III) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Explora 136,7 km de rodovia, constituídos por: (a) BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigera até novembro de 2021.

(IV) Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Explora o trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, no estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no mesmo estado. O prazo de duração do contrato concessão é 13 de novembro de 2021. A concessão foi contabilizada como ativo intangível.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

### 2.3. Contratos de concessão--Continuação

#### (V) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Explora as seguintes rodovias e trechos:

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	125,6
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	123,0

O fim da concessão, contabilizada como ativo intangível, está previsto para março de 2026. Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

#### (VI) ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Explora pelo regime de concessão da Rodovia Federal BR-101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ. A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir da data de assunção e transferência dos bens ocorrida em 10 de maio de 2013) consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. Ao término do período de concessão em maio de 2038, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

#### (VII) Ecoporto Santos S.A.

A Ecoporto Santos S.A. é uma empresa brasileira que realiza operações portuárias e também o manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação, com terminal próprio no Porto de Santos, nos termos da licitação 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP. O prazo contratual é de 25 anos, o qual se encerra em 12 de junho de 2023, renováveis por mais 25 anos, tomando a premissa pela renovação, o contrato de concessão será extinto em 2048.

## **2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação**

### **2.4. Moeda funcional de apresentação**

As demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

## **3. Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia e consolidadas:

### **a) Transações e saldos em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

### **b) Instrumentos financeiros**

#### **(i) *Ativos financeiros***

Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### b) Instrumentos financeiros--Continuação

##### (i) *Ativos financeiros*--Continuação

###### Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação:

- Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

###### Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Em 31 de dezembro de 2014 não existem ativos financeiros a valor justo.



### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### b) Instrumentos financeiros--Continuação

##### (i) *Ativos financeiros*--Continuação

###### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

##### (ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e contratos de garantia financeira.

###### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### b) Instrumentos financeiros--Continuação

##### (ii) *Passivos financeiros*--Continuação

###### Mensuração subsequente--Continuação

- Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

###### Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

##### (iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### c) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

##### *Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura*

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

##### *Ativos intangíveis*

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

#### d) Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### e) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

#### f) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

#### g) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### h) Normas, alterações e interpretações de normas

- (i) *A seguir apresentamos os novos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, mas que não surtiram efeitos significativos nas demonstrações financeiras anuais da Companhia:*

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidade de Investimento - Exceções a Regra de Consolidação	Dentre outros esclarecimentos, fica estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos.	A Administração do Grupo avaliou os impactos da alteração do IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.

- (ii) *A seguir apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social a iniciar-se em 1º de janeiro de 2015:*

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos do IFRS 15 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
Alteração IFRS 11 - Negócios em Conjunto	A entidade participante de uma <i>joint venture</i> deve aplicar os princípios relevantes relacionados à combinação de negócios, inclusive no que diz respeito às divulgações requeridas.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da alteração do IFRS 11 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
Alteração IAS 16 e IAS 38 - Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da alteração da IAS 16 e IAS 38 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
Alteração IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos Entre um Investidor e Associado ou <i>Joint Venture</i> (Negócio em Conjunto)	O objetivo da alteração é corrigir a inconsistência entre os requisitos do IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e o IAS 28 - Investimentos em Coligada, Controlada e Negócio em Conjunto, ao lidar com a perda de controle de uma subsidiária que é contribuída para uma coligada, controlada ou negócio em conjunto. Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da alteração da IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
Alteração IAS 1	Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da alteração da IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### h) Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

##### (iii) *Alterações de pronunciamentos já existentes:*

<b>Norma</b>	<b>Requerimento</b>	<b>Impacto nas demonstrações financeiras</b>
IFRS 7 Instrumentos Financeiros (Divulgação) - Aplicabilidade das Divulgações de <i>Offset</i> às Demonstrações Financeiras Condensadas	A alteração suprime a expressão "e períodos intermediários dentro desses períodos anuais" do parágrafo 44R, esclarecendo que estes requerimentos de divulgação do IFRS 7 não são exigidas em demonstrações financeiras condensadas. No entanto, o IAS 34 exige que uma entidade divulgue "uma explicação dos eventos e transações que são significativas para a compreensão das alterações na posição financeira e do desempenho da entidade desde o final do último período anual". Portanto, se as divulgações do IFRS 7 refletem uma atualização significativa para a informação incluída no relatório anual mais recente, espera-se que estas sejam incluídas nas demonstrações financeiras condensadas. Esta alteração deverá ser aplicada retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos do IFRS 7 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IFRS 7 - Contratos de Serviços	Contratos de serviços geralmente atende à definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem às definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C). Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos do IFRS 7 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IFRS 5 - Reclassificação de Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Mantido para Distribuição aos Sócios/Acionistas	Esclarece-se, através da emissão de guidance, as circunstâncias em que uma entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas não atendem mais ao critério para manterem esta classificação. Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos do IFRS 5 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IAS 19 - Benefícios a Empregados - Taxa de Desconto	Em um mercado ativo composto por diferentes países, com moeda funcional comum, a determinação da taxa de desconto deve ser feita com base em títulos de baixo risco do país, não no nível da moeda funcional. Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da IAS 19 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
IAS 34 - Demonstração Intermediária - Divulgação de Informações "em outras partes das demonstrações financeiras intermediárias"	Estabelece que as divulgações intermediárias necessárias devem ser incluídas ou nas demonstrações financeiras intermediárias ou incorporadas por referência entre as demonstrações financeiras intermediárias e onde quer que estejam incluídas dentro das informações intermediárias (por exemplo, no comentário da administração ou do relatório de risco). Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração do Grupo está avaliando os impactos da IAS 34 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.

#### **4. Principais uso de estimativas e julgamento**

A Administração da Companhia e de suas controladas estabelecem estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

##### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações para cada Contrato de Concessão da Companhia e suas características estão descritas na Nota Explicativa nº 2.3.

##### Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

#### **4. Principais uso de estimativas e julgamento--Continuação**

##### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

##### Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.



#### 4. Principais uso de estimativas e julgamento--Continuação

##### Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos--Continuação

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 7,21% e 12,20% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 24.

#### 5. Reclassificações efetuadas pela Administração da Companhia

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 foi reclassificado em relação à sua última divulgação para contemplar a reclassificação abaixo:

<b>Balanço patrimonial</b>	<b>Originalmente divulgado</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>Reapresentado</b>
Ativo não circulante			
Imobilizado	428.020	(1.434)	426.586
Intangível	3.811.352	1.434	3.812.786
	4.239.372	-	4.239.372

## 6. Venda de participação

Em 05 de agosto de 2013, a Companhia comunicou ao mercado que celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças com a Sampra Participações Ltda., afiliada Raízen Combustíveis, para venda de 10% das ações que detêm na STP, passando a deter 11,41%. A conclusão financeira está condicionada ao cumprimento de determinadas condições suspensivas dentre elas, a obtenção da prévia autorização do Conselho de Defesa Econômica - CADE, o qual foi concluído em 03 de outubro de 2013. O valor do ganho na venda do investimento (R\$31.838) encontra-se registrado na rubrica "Ganho sobre alienação de investimento" da demonstração do resultado.

Em 04 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou contrato de venda da totalidade de sua participação no capital da Serviços de Tecnologia de Pagamentos - STP (11,41%), para a Freelane I, LLC e Freelane II, LLC, controladas por Capital Internacional Private Equity Fund VI. L.P. e sua afiliada CGPEVI, L.P., pelo valor total de R\$292.127 (R\$291.016 líquido, descontado 0,38% de IOF). As condições precedentes foram cumpridas em 20 de março de 2014 com a efetiva transferência das ações decorrentes dessa operação.

A seguir, a Companhia apresenta as principais informações desse investimento na visão de 100% de suas operações registradas até fevereiro de 2014.

Contas	STP 28/02/2014
Ativo circulante	887.257
Ativo não circulante	159.360
Total do ativo	1.046.617
Passivo circulante	885.766
Passivo não circulante	2.577
Patrimônio líquido	158.274
Total do passivo e patrimônio líquido	1.046.617
Receita líquida	106.319
Custo dos serviços prestados	(30.990)
Lucro bruto	75.329
Receitas (despesas) operacionais	(24.952)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	50.377
Resultado financeiro	2.121
Lucro operacional antes dos impostos	52.498
Imposto de renda e contribuição social	(18.396)
Lucro líquido do exercício	34.102
Atribuível a:	
Companhia	3.891
Outros acionistas	30.211

## 6. Venda de participação--Continuação

Os efeitos da venda desta participação estão demonstrados a seguir:

	20/03/2014
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	210.868
Clientes	673.085
Tributos a recuperar	1.323
Despesas antecipadas	710
Outros créditos	1.271
Total do ativo circulante	887.257
Não circulante	
Depósitos judiciais	631
Tributos diferidos	6.161
Imobilizado e intangível	152.568
Total do ativo não circulante	159.360
Total do ativo	1.046.617
Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	
Fornecedores	783.111
Impostos e contribuições a recolher	5.451
Dividendos a pagar	59.649
Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.261
Outras contas a pagar	25.294
Total do passivo circulante	885.766
Não circulante	
Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	2.471
Outras contas a pagar	106
Total do passivo não circulante	2.577
Patrimônio líquido	158.274
Total passivo e patrimônio líquido	1.046.617
Participação - 11,41% sobre o patrimônio líquido	18.059
Valor total da venda	292.126
Ganho na venda do investimento	274.067

O valor do ganho na venda do investimento encontra-se registrado na rubrica “Ganho sobre alienação de investimento” da demonstração do resultado.

O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, na proporção de sua participação (11,41%), de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos ou contingências de natureza trabalhista, previdenciária, tributária, cível, concorrencial, regulatória, de defesa do consumidor ou de qualquer natureza, independentemente de verificação de culpa ou dolo. O contrato prevê as seguintes limitações:

## 6. Venda de participação--Continuação

- (i) A obrigação de indenização está limitada ao mínimo de R\$50 por perda individual e limite máximo de 20% (vinte por cento) do preço de aquisição apenas em algumas hipóteses. Em outras, o valor é limitado a 100% (cem por cento) do preço de aquisição;
- (ii) A indenização não é aplicável a perdas decorrentes de fatos, atos, eventos e/ou omissões que tenham sido revelados no Contrato e em seus anexos;
- (iii) O limite temporal de 3 (três) anos é aplicável apenas em algumas hipóteses. Em outras, o limite é o prazo prescricional aplicável à natureza da respectiva perda.

## 7. Caixa e equivalentes de caixa

### Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	143	101	25.618	19.099
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	11.671	176.787	563.589	1.010.792
Compromissadas e Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	380	128	15.908	41.152
	12.194	177.016	605.115	1.071.043

- (a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria “renda fixa crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

Em 31 de dezembro de 2014, a carteira do Fundo de investimentos era composta por 17,04% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 76,51% em Operações Compromissadas e 6,45% em Letra Financeira (LF). As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 100,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos não vinculados se referem, substancialmente, às aplicações financeiras compromissadas, remuneradas a taxa média ponderada de 96,4% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sem o risco de mudança significativa de valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses e possuem liquidez imediata e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2014, o valor aplicado nessa modalidade no consolidado é de R\$15.908 (R\$6.492 em 31 de dezembro de 2013).

## 8. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
CDBs (a)	-	18.249
Fundo de investimento (a)	<b>53.165</b>	52.491
Poupança (b)	<b>2.439</b>	10.805
	<b>55.604</b>	81.545
Circulante	<b>54.959</b>	70.740
Não circulante	<b>645</b>	10.805

- (a) Os CDBs e fundos de investimento são remunerados à taxa de 99,1% do CDI e refletem as condições de mercado no fim de cada exercício. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estar vinculada no processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide Nota Explicativa nº 20). A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário.
- (b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA). Os valores são corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.

## 9. Clientes

A composição está assim representada:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Nacional (a)	<b>157.517</b>	145.034
Internacional (b)	<b>8.975</b>	11.903
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD (c)	<b>(3.759)</b>	(5.286)
	<b>162.733</b>	151.651

- (a) Representados, substancialmente, por pedágio eletrônico, exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários, acessos por clientes de portos, e outros serviços.
- (b) Representados, substancialmente, por clientes do segmento portuário.
- (c) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, substancialmente, das operações dos portos.

## 9. Clientes--Continuação

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	158.314	148.029
Vencidos:		
Até 30 dias	2.165	2.832
De 31 a 90 dias	1.630	790
Acima de 90 dias	624	5.286
Acima de 120 dias	3.759	-
	<b>166.492</b>	<b>156.937</b>

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	5.286	2.239
Valores recuperados e baixados no exercício	(3.724)	(1.573)
Constituição de PCLD no exercício	2.197	4.620
Saldo final	<b>3.759</b>	<b>5.286</b>

## 10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a recuperar	27.584	14.809	49.628	33.371
Lei Rouanet nº 8.313/91	-	-	-	42
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a recuperar	8.766	-	10.967	223
COFINS a recuperar sobre insumos	-	-	323	685
ISS a recuperar	-	-	1.097	943
Outros	101	38	1.034	1.312
	<b>36.451</b>	<b>14.847</b>	<b>63.049</b>	<b>36.576</b>

## 11. Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber - controladora

	31/12/2012	Propostos	Recebidos	31/12/2013	Propostos	Recebidos	31/12/2014
Elog S.A.	12.336	-	-	12.336	-	-	<b>12.336</b>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	1.696	416.118	(417.814)	-	396.578	(396.578)	-
Ecoporto Transporte Ltda.	-	31.511	(31.511)	-	-	-	-
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	-	33.052	(33.052)	-	16.836	(16.836)	-
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	-	-	-	-	261	(39)	<b>222</b>
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	-	21.514	(19.479)	2.035	4.986	(7.021)	-
	<b>14.032</b>	<b>502.195</b>	<b>(501.856)</b>	<b>14.371</b>	<b>418.661</b>	<b>(420.474)</b>	<b>12.558</b>

## 12. Despesas antecipadas - consolidado

O saldo de R\$6.730, classificado no ativo circulante e não circulante (R\$7.155 em 31 de dezembro de 2013), refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, aluguéis e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Detalhes adicionais sobre os seguros contratados estão descritos na Nota Explicativa nº 36.

## 13. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	<b>10.357</b>	9.616	<b>88.399</b>	79.472
Adições (*)	-	-	<b>42.298</b>	3.966
Baixas	<b>(8.934)</b>	-	<b>(10.136)</b>	(1.610)
Atualização monetária	<b>360</b>	741	<b>9.886</b>	6.571
Saldo final	<b>1.783</b>	10.357	<b>130.447</b>	88.399

(\*) Verificar Nota Explicativa nº 27.a.

## 14. Investimentos

### a) Controladora

	Valores das investidas 31/12/2014		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Elog S.A.	251.578	(40.930)	<b>80</b>	80	<b>201.262</b>	234.006	<b>(32.744)</b>	(20.926)
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	805.177	396.593	<b>100</b>	100	<b>805.177</b>	803.480	<b>396.593</b>	442.604
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (a)	-	34.106	-	11,41	-	19.153	<b>3.891</b>	21.695
EIL 02 S.A.	1	-	<b>100</b>	100	<b>1</b>	1	-	-
EIL 03 S.A.	1	-	<b>100</b>	100	<b>1</b>	1	-	-
EIL 04 S.A.	1	-	<b>100</b>	100	<b>1</b>	1	-	-
EIL-01 Participações Ltda.	273	19	<b>100</b>	100	<b>273</b>	254	<b>19</b>	253
Ecoporto Santos S.A.	26.860	(7.859)	<b>100</b>	100	<b>26.860</b>	34.225	<b>(7.859)</b>	21.490
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	70.186	16.388	<b>100</b>	100	<b>70.185</b>	70.639	<b>16.388</b>	17.962
Ecoporto Transporte Ltda.	7.424	(1.154)	<b>100</b>	100	<b>7.424</b>	8.578	<b>(1.154)</b>	15.200
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	121.722	(7.648)	<b>58</b>	58	<b>70.599</b>	31.414	<b>(4.436)</b>	(14.633)
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	275.865	2.165	<b>20</b>	-	<b>55.172</b>	-	<b>433</b>	-
Lucros não realizados	-	-	-	-	<b>(6.889)</b>	(7.221)	<b>332</b>	(200)
					<b>1.230.066</b>	1.194.531	<b>371.463</b>	483.445

(a) Vide Nota Explicativa nº 6.



## 14. Investimentos--Continuação

### a) Controladora--Continuação

	Ativo		Passivo		Demonstração do resultado					Atribuível a:	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro/prejuízo operacional	Lucro/prejuízo líquido do exercício	Companhia	Outros Acionistas (Minoritários)
<b>Controladas diretas:</b>											
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	383.514	1.327.888	37.759	868.466	805.177	178.565	50.731	404.215	396.593	396.593	-
EIL01 Participações S.A.	274	-	1	-	273	-	-	25	19	19	-
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	51.022	284.831	208.737	5.392	121.722	290.943	29.404	10.984	(7.648)	(4.436)	(3.212)
EIL02 S.A.	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
EIL03 S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EIL04 S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ecoporto Santos S.A.	62.942	770.037	224.170	581.949	26.860	337.714	156.135	10.104	(7.859)	(7.859)	-
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	39.492	53.389	16.741	5.956	70.184	114.765	76.652	24.892	16.388	16.388	-
Ecoporto Transporte Ltda.	8.832	7.475	5.124	3.759	7.424	19.436	(1.036)	(1.701)	(1.154)	(1.154)	-
<b>Controladas indiretas:</b>											
Via EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.:											
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	125.972	1.491.053	128.331	1.108.998	379.696	1.128.114	527.187	372.365	250.877	250.877	-
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	164.953	1.073.667	118.106	744.285	376.229	358.402	120.623	11.654	7.376	7.376	-
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	15.295	194.056	26.393	153.391	29.567	248.807	135.317	102.073	67.795	67.795	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	30.255	433.324	53.686	104.445	305.448	260.588	101.028	65.538	42.877	42.877	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	23.051	194.000	28.039	162.074	26.939	208.938	113.142	85.136	55.627	50.064	5.563
Via Elog S.A.:											
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	14.602	137.139	6.003	921	144.816	39.296	1.407	(1.849)	(1.460)	(1.460)	-
ELG-01 Participações Ltda.	2	53.464	1	-	53.465	-	-	(2.407)	(2.407)	(2.407)	-
Elog Logística Sul Ltda.	14.342	46.077	20.321	6.813	33.285	84.145	20.506	3.198	2.311	2.311	-
Anish Empreendimentos e Participações Ltda.	207	53.472	416	9	53.254	-	-	(1.961)	(1.961)	(1.961)	-
Paquetá Participações Ltda.	-	11.000	-	-	11.000	-	-	(12)	(12)	(12)	-
<b>Controladas em conjunto:</b>											
Elog S.A.	59.503	563.948	112.563	259.310	251.578	161.587	23.984	(65.893)	(40.930)	(32.744)	(8.186)
Serviços de Tecnologia e Pagamentos S.A. - STP	-	-	-	-	-	12.131	8.595	5.990	3.891	3.891	-
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	279.409	-	2.244	1.305	275.861	-	-	(1.800)	2.165	433	1.732

## 14. Investimentos--Continuação

### a) Controladora--Continuação

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está apresentada a seguir:

	31/12/2012	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos (a)	Aportes	AFAC	Venda de participação	Baixas	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2013
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	776.115	(416.119)	-	-	-	-	880	442.604	803.480
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	20.574	(21.514)	-	-	(1.602)	-	-	21.695	19.153
EIL-01 Participações Ltda.	1	-	-	-	-	-	-	253	254
EIL02 S.A.	-	-	1	-	-	-	-	-	1
EIL03 S.A.	-	-	1	-	-	-	-	-	1
EIL04 S.A.	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Elog S.A.	254.941	-	-	-	-	(9)	-	(20.926)	234.006
Ecoporto Santos S.A.	12.593	-	-	-	-	-	142	21.490	34.225
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	79.279	(33.052)	-	6.450	-	-	-	17.962	70.639
Ecoporto Transporte Ltda.	24.889	(31.511)	-	-	-	-	-	15.200	8.578
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	58.825	-	-	-	(12.819)	-	41	(14.633)	31.414
Lucros não realizados	(7.021)	-	-	-	-	-	-	(200)	(7.221)
	1.220.196	(502.196)	3	6.450	(14.421)	(9)	1.063	483.445	1.194.531

## 14. Investimentos--Continuação

### a) Controladora--Continuação

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está apresentada a seguir:

	31/12/2013	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos (a)	Aporte de capital	Venda de participação	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2014
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	803.480	(396.578)	-	-	1.682	396.593	805.177
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (b)	19.153	(4.985)	-	(18.059)	-	3.891	-
EIL-01 Participações Ltda.	254	-	-	-	-	19	273
EIL02 S.A.	1	-	-	-	-	-	1
EIL03 S.A.	1	-	-	-	-	-	1
EIL04 S.A.	1	-	-	-	-	-	1
Elog S.A.	234.006	-	-	-	-	(32.744)	201.262
Ecoporto Santos S.A.	34.225	-	-	-	494	(7.859)	26.860
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	70.639	(16.842)	-	-	-	16.388	70.185
Ecoporto Transporte Ltda.	8.578	-	-	-	-	(1.154)	7.424
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	31.414	-	43.500	-	121	(4.436)	70.599
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	-	(261)	55.000	-	-	433	55.172
Lucros não realizados	(7.221)	-	-	-	-	332	(6.889)
	1.194.531	(418.666)	98.500	(18.059)	2.297	371.463	1.230.066

(a) Vide Nota Explicativa nº 11.

(b) Vide Nota Explicativa nº 6.

## 14. Investimentos--Continuação

### a) Controladora--Continuação

Os saldos dos ágios na controladora classificados como “outros investimentos societários” (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2012	Amortização	31/12/2013	Amortização	31/12/2014
Ágio - Ecosul	6.809	(514)	6.295	(513)	5.782
Ágio - Elog	231.326	129	231.455	129	231.584
Ágio - Ecoporto	758.017	(26.099)	731.918	(26.100)	705.818
	<b>996.152</b>	<b>(26.484)</b>	<b>969.668</b>	<b>(26.484)</b>	<b>943.184</b>

### b) Consolidado

	Valores das investidas 31/12/2014		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (a)	-	<b>34.106</b>	-	11,41	-	19.153	<b>3.891</b>	21.695
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	<b>275.865</b>	-	<b>20</b>	-	<b>55.172</b>	-	<b>433</b>	-
Elog S.A.	<b>251.578</b>	<b>(40.930)</b>	<b>80</b>	80	<b>201.262</b>	234.006	<b>(32.744)</b>	(20.926)
					<b>256.434</b>	253.159	<b>(28.420)</b>	769

(a) Vide Nota Explicativa nº 6.

## 15. Imobilizado

### Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

#### a) *Controladora*

	Taxas médias de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual	
		Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
Hardwares	10,7	938	169	-	1.107	(659)	(109)	(768)	339
Máquinas e equipamentos	10,5	248	-	-	248	(162)	(26)	(188)	60
Móveis e utensílios	10,3	468	-	-	468	(264)	(48)	(312)	156
Edificações	3,9	1.956	-	-	1.956	(455)	(76)	(531)	1.425
Imobilizado em andamento	-	-	32	-	32	-	-	-	32
Outros	9,8	3.089	123	-	3.212	(577)	(308)	(885)	2.327
		6.699	324	-	7.023	(2.117)	(567)	(2.684)	4.339

	Taxas médias de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual	
		Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2014	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013
Hardwares	10,9	1.107	122	-	1.229	(768)	(127)	(895)	334
Máquinas e equipamentos	10,5	248	-	-	248	(188)	(26)	(214)	34
Móveis e utensílios	9,7	468	79	-	547	(312)	(49)	(361)	186
Edificações	3,9	1.956	-	-	1.956	(531)	(76)	(607)	1.349
Imobilizado em andamento	-	32	52	-	84	-	-	-	84
Outros	9,3	3.212	294	(123)	3.383	(885)	(300)	(1.185)	2.198
		7.023	547	(123)	7.447	(2.684)	(578)	(3.262)	4.185

## 15. Imobilizado--Continuação

### Política contábil--Continuação

#### b) Consolidado

	Taxas médias de depreciação - %	Custo				Depreciação				Residual		
		Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
Hardwares	10,8	165.173	34.173	(906)	7	198.447	(116.108)	(19.652)	-	(135.760)	62.687	49.065
Máquinas e equipamentos	16,9	144.635	11.257	(190)	-	155.702	(53.162)	(25.430)	-	(78.592)	77.110	91.473
Móveis e utensílios	7,1	19.047	1.775	(24)	26	20.824	(6.982)	(1.425)	-	(8.407)	12.417	12.065
Terrenos	-	5.255	178	-	-	5.433	-	-	-	-	5.433	5.255
Edificações	4,6	35.051	488	-	-	35.539	(14.943)	(1.633)	-	(16.576)	18.963	20.108
Imobilizado em andamento	-	21.657	-	(295)	(3.428)	17.934	-	-	-	-	17.934	21.657
Benfeitorias	3,0	182.932	748	-	8.675	192.355	(41.247)	213	-	(41.034)	151.321	141.685
Veículos	9,9	24.371	985	(34)	(40)	25.282	(6.785)	(2.460)	(1.904)	(11.149)	14.133	17.586
Instalações	7,0	9.371	4.572	-	2.311	16.254	(1.811)	(975)	1.982	(804)	15.450	7.560
Outros	5,6	41.743	13.376	(903)	(2.271)	51.945	(3.277)	2.548	(78)	(807)	51.138	38.466
		649.235	67.552	(2.352)	5.280	719.715	(244.315)	(48.814)	-	(293.129)	426.586	404.920

	Taxas médias de depreciação - %	Custo				Depreciação					Residual		
		Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013
Hardwares	12,5	198.447	32.626	(455)	205	230.823	(135.760)	(26.723)	358	83	(162.042)	68.781	62.687
Máquinas e equipamentos	11,0	155.702	14.965	(58)	1.549	172.158	(78.592)	(18.046)	27	-	(96.611)	75.547	77.110
Móveis e utensílios	8,0	20.824	3.652	(122)	-	24.354	(8.407)	(1.808)	88	(54)	(10.181)	14.173	12.417
Terrenos	-	5.433	423	-	-	5.856	-	-	-	-	-	5.856	5.433
Edificações	4,7	35.539	-	-	-	35.539	(16.576)	(1.655)	-	2	(18.229)	17.310	18.963
Imobilizado em andamento	-	17.934	26.238	(77)	(4.949)	39.146	-	-	-	-	-	39.146	17.934
Benfeitorias	3,0	192.355	6.287	(3)	2.315	200.954	(41.034)	(6.014)	-	-	(47.048)	153.906	151.321
Veículos	17,9	25.282	6.191	(452)	441	31.462	(11.149)	(5.073)	272	-	(15.950)	15.512	14.133
Instalações	9,5	16.254	7.873	(69)	46	24.104	(804)	(1.910)	50	989	(1.675)	22.429	15.450
Outros	5,1	51.945	55.448	(1.402)	(12.764)	93.227	(807)	(3.357)	(94)	674	(3.584)	89.643	51.138
		719.715	153.703	(2.638)	(13.157)	857.623	(293.129)	(64.586)	701	1.694	(355.320)	502.303	426.586

## 15. Imobilizado--Continuação

### Política contábil--Continuação

#### b) *Consolidado--Continuação*

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (caminhões e reboque), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 19). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 20) não existem garantias dessa natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram capitalizados R\$378 referentes a encargos financeiros (R\$934 em 31 de dezembro de 2013).

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

## 16. Intangível

### Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

## 16. Intangível--Continuação

### Política contábil--Continuação

a) *Controladora*

	Taxas médias de amortização - %	Custo		Amortização		Residual			
		Saldos em		Saldos em		Saldos em			
		31/12/2012	Adições	31/12/2013	31/12/2012	Adições	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
Softwares de terceiros	12,1	300	61	361	(227)	(40)	(267)	94	73
		300	61	361	(227)	(40)	(267)	94	73

	Custo			Amortização			Residual		
	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2013	Adições	Saldos em 31/12/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Saldos em 31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013
Softwares de terceiros	12,2	361	357	718	(267)	(66)	(333)	385	94
		361	357	718	(267)	(66)	(333)	385	94

## b) Consolidado

		Custo				Amortização				Residual	
	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transfer.	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
Contratos de concessão	(ii)	4.266.139	569.441	(311)	6.483	4.841.752	(1.147.119)	(179.757)	(1.326.876)	3.514.876	3.119.020
Ágio Ecosul	-	8.561	-	-	-	8.561	(1.756)	(510)	(2.266)	6.295	6.805
Softwares de terceiros	14,0	47.224	14.891	-	-	62.115	(28.377)	(7.648)	(36.025)	26.090	18.847
Intangível em andamento	-	38.115	2.243	-	(6.483)	33.875	-	-	-	33.875	38.115
Ágio Elog (iii)	-	236.133	-	-	-	236.133	(4.808)	128	(4.680)	231.453	231.325
Outros	-	230	5.283	-	(5.280)	233	(6)	(30)	(36)	197	224
		4.596.402	591.858	(311)	(5.280)	5.182.669	(1.182.066)	(187.817)	(1.369.883)	3.812.786	3.414.336



## 16. Intangível--Continuação

### Política contábil--Continuação

#### b) Consolidado--Continuação

	Taxas médias de amortização - %	Custo					Amortização				Residual		
		Saldos em 31/12/2013	Adições (i)	Baixas	Transferência	Saldos em 31/12/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013
Contratos de concessão	(ii)	4.841.752	718.142	(2.829)	61.458	5.618.523	(1.326.876)	(234.433)	193	(1.694)	(1.562.810)	4.055.713	3.514.876
Ágio Ecosul	-	8.561	-	-	-	8.561	(2.266)	(384)	-	-	(2.650)	5.911	6.295
Softwares de terceiros	13,3	62.115	15.047	(108)	2.698	79.752	(36.025)	(9.618)	5	-	(45.638)	34.114	26.090
Intangível em andamento	-	33.875	45.135	(1.310)	(51.369)	26.331	-	-	-	-	-	26.331	33.875
Ágio Elog (iii)	-	236.133	-	-	-	236.133	(4.680)	64	-	-	(4.616)	231.517	231.453
Outros	-	233	-	-	370	603	(36)	-	-	-	(36)	567	197
		5.182.669	778.324	(4.247)	13.157	5.969.903	(1.369.883)	(244.371)	198	(1.694)	(1.615.750)	4.354.153	3.812.786

(i) Os principais valores de aquisição de que trata essa linha se referem a restaurações da rodovia e melhorias no sistema rodoviário em geral, tais como acessos e dispositivos de segurança, adequação de trevos, alargamento e reforço de pontes, construção de faixas adicionais, construção de pistas marginais e duplicação de rodovias. Os valores estão concentrados na Eco101 R\$177.175 dos trabalhos iniciais da operação; na Ecovias R\$201.305 sendo as principais obras a adequação do trevo de Cubatão e a implantação da 3ª faixa do km 262 a 270 da SP055 e na Ecopistas R\$83.319 sendo a principal obra a construção da Marginal da Rodovia Ayrton Senna.

(ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias ponderadas de amortização em 31 de dezembro de 2014 foram 4,45% a.a. (3,94% a.a. em 31 de dezembro de 2013).

(iii) A amortização do ágio da Elog refere-se a menos valia de máquinas e equipamentos registrados em 2010, pela venda de participação da Elog.

## 17. Imposto de renda e contribuição social

### Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

#### a) *Tributos diferidos*

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o exercício:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2013	Adições	Baixas	31/12/2014	31/12/2014
Realização do ágio na incorporação	418.024	-	(49.839)	368.185	(49.839)
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	33.514	4.957	(877)	37.594	4.080
Prejuízo fiscal (*)	42.963	43.800	(14.725)	72.038	29.075
Provisão para manutenção	60.536	14.330	(126)	74.740	14.204
AVP ônus Concessão	2.853	1.339	(995)	3.197	344
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.560	250	(1.119)	691	(869)
Variação cambial	3.149	4.137	(3.728)	3.558	409
Provisão para férias diretoria	187	202	(183)	206	19
Mais valia investimento Elog	(207)	(44)	-	(251)	(44)
Efeito Lei 12.973/14 - extinção RTT (**)	(59.085)	-	3.068	(56.017)	3.068
Depreciação societária	(6.549)	(2.074)	-	(8.623)	(2.074)
Juros capitalizados	(2.271)	(124)	533	(1.862)	409
IR e CS diferido - ativo/(passivo) (***)	494.674	66.773	(67.991)	493.456	(1.218)
Ativo diferido	531.563	-	-	520.055	-
Passivo diferido	(36.889)	-	-	(26.599)	-

(\*) Refere-se ao prejuízo fiscal das controladas: EcoRodovias Concessões e Serviços, Ecoporto Santos, Termares, Ecoporto Transporte e ECO101 Concessionária.

## 17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

### Política contábil--Continuação

#### a) *Tributos diferidos--Continuação*

(\*\*) Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que, de acordo com o nosso entendimento, são os principais: (a) a adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a consequente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais IFRS - International Financial Reporting Standards); (b) introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

(\*\*\*) Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$520.055 no ativo não circulante e R\$26.599 no passivo não circulante.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
2014	-	36.895
2015	<b>67.246</b>	43.392
2016	<b>65.535</b>	63.281
2017	<b>62.347</b>	62.334
2018	<b>60.184</b>	86.003
2019 a 2023	<b>60.184</b>	218.834
Após 2023	<b>177.960</b>	(16.065)
	<b>493.456</b>	494.674

## 17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

### a) *Tributos diferidos--Continuação*

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

Os efeitos registrados até o ano imediatamente anterior a adoção (31 de dezembro de 2013) serão amortizados ao longo do prazo de concessão da Companhia, conforme prevê a Lei nº 12.973/14 e os efeitos do ano de 2014 já estão enquadrados nas novas normas tributárias.

### b) *Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social*

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>492.339</b>	397.868	<b>716.907</b>	634.179
Alíquota fiscal vigente	<b>34%</b>	34%	<b>34%</b>	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	<b>(167.395)</b>	(135.275)	<b>(243.749)</b>	(215.621)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	<b>126.207</b>	156.932	<b>(9.752)</b>	261
Juros sobre capital próprio	<b>27.983</b>	-	<b>27.983</b>	-
Despesas indedutíveis	<b>(318)</b>	-	<b>(821)</b>	(1.169)
Lucro presumido	-	-	-	4.263
Amortização de ágio	<b>(7.094)</b>	(44)	<b>(14.618)</b>	(6.390)
Incentivos fiscais (PAT)	<b>112</b>	-	<b>1.061</b>	735
Créditos tributários não constituídos - controladora (*)	-	(21.657)	-	(21.180)
Compensação de prejuízos fiscais	<b>8.799</b>	-	<b>8.799</b>	-
Outros	<b>(8.733)</b>	26	<b>(11.561)</b>	4.434
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<b>(20.439)</b>	(18)	<b>(242.658)</b>	(234.667)
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>(20.395)</b>	26	<b>(241.440)</b>	(212.625)
Impostos diferidos	<b>(44)</b>	(44)	<b>(1.218)</b>	(22.042)
Taxa efetiva	-	-	34%	37%

(\*) Trata-se de prejuízo fiscal da Companhia (controladora) para o qual não se apresentava expectativa de realização nos próximos cinco anos.

## 17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

### Política contábil--Continuação

#### c) *Imposto de renda e contribuição social pagos*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial provisão IR/CS	-	-	13.111	27.765
Despesa IR/CS DRE	20.395	(26)	241.440	212.625
Total de IR/CS pagos no exercício	(20.395)	26	(217.391)	(227.279)
Saldo final provisão IR/CS	-	-	37.160	13.111

## 18. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Impostos sobre faturamento:				
ISS	-	-	10.475	10.230
COFINS	-	-	8.062	7.822
PIS	-	-	2.219	2.624
ISS na fonte	5	2	2.757	3.813
PIS/COFINS/CSLL s/ prestação de serviços	-	-	1.607	1.930
INSS na fonte	2	-	2.789	2.463
Outros impostos	105	302	1.331	2.024
	112	304	29.240	30.906

## 19. Empréstimos, financiamentos e notas promissórias

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
				31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Em moeda nacional:							
Capital de giro (c)	Ecovia	10/2014	108,4% do CDI	-	-	-	44.782
Capital de giro (c)	Ecovia	12/2014	108,4% do CDI	-	-	-	26.167
Capital de giro (c)	Ecovia	11/2014	108,0% do CDI	-	-	-	35.403
Capital de giro (c)	Ecosul	10/2014	CDI + 2,032% a.a.	-	-	-	13.469
Capital de giro (g)	Ecosul	11/2014	108% do CDI	-	-	-	36.640
Capital de giro (g)	Ecosul	12/2014	108,4% do CDI	-	-	-	22.142
Capital de giro (g)	Ecosul	10/2014	108,4% do CDI	-	-	-	35.538
Finame (m)	Ecosul	11/2020	6% a.a.	-	-	279	-
Finame (d)	Ecocataratas	05/2017	TJLP + 5%	-	-	436	500
Finame (d)	Ecocataratas	04/2017	TJLP + 3,4%	-	-	434	563
Finame (i)	Ecocataratas	10/2022	2,5% a.a.	-	-	343	387
Finame (d)	Ecocataratas	07/2018	3% a.a.	-	-	192	-
Finem (j)	Ecocataratas	07/2018	TJLP + 2,3% a.a.	-	-	23.281	29.720
Finem (b)	Ecopistas Ecoporto	07/2025	TJLP+ 2,45% a.a.	-	-	230.946	197.897
Finame (h)	Transportes Ecoporto	08/2016	TJLP + 6% a.a.	-	-	1.673	2.676
Finame (h)	Transportes Ecoporto	09/2016	TJLP + 6% a.a.	-	-	729	1.145
Finame (h)	Transportes	06/2017	7,7% a.a.	-	-	4.357	6.099
UBB (f)	Ecoporto Santos	07/2014	CDI + 0,15% a.a.	-	-	-	10.780
CCB (f)	Ecoporto Santos	06/2015	CDI + 3% a.a.	-	-	7.636	20.670
Capital de Giro (h)	Ecoporto Santos	03/2014	CDI + 1,9 a.a.%	-	-	-	198
	EcoRodovias						
Notas promissórias (a)	Infraestrutura	04/2015	105,35% do CDI	497.435	290.762	497.435	290.763
Finame (k)	Ecoporto Santos	06/2020	6% a.a.	-	-	7.394	-
Finame (l)	Ecocataratas	07/2020	6 % a.a.	-	-	1.094	-
Finem - BNDES (e)	ECO101	11/2015	UMBND+3,16%	-	-	55.171	-
Finem - BNDES (e)	ECO101	10/2015	TJLP + 3,66% a.a.	-	-	138.428	-
Em moeda estrangeira							
Swap (f)	Ecoporto Santos	07/2014	VC+CDI+0,15%	-	-	-	5.077
Finimp (h)	Ecoporto Santos	09/2016	Libor 6M+4,6% a.a.	-	-	768	1.016
Finimp (h)	Ecoporto Santos	04/2016	Libor 6M+4,6% a.a.	-	-	5.538	8.143
Finimp (h)	Ecoporto Santos	05/2017	Libor 6M+0,3% a.a.	-	-	194	240
Finimp (n)	Ecoporto Santos	01/2023	Libor 6M+2%a.a.	-	-	41.163	-
				497.435	290.762	1.017.491	790.015
Circulante				497.435	290.762	740.600	571.533
Não circulante				-	-	276.891	218.482

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2014	31/12/2013
2015	-	38.177
2016	44.318	35.715
2017	47.120	31.626
2018	43.486	27.936
2019	39.929	24.397
Posterior a 2019	102.038	60.631
	276.891	218.482

## 19. Empréstimos, financiamentos e notas promissórias--Continuação

A movimentação dos empréstimos, dos financiamentos e das notas promissórias está demonstrada a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Saldo inicial	<b>290.762</b>	574.108	<b>790.015</b>	964.345
Adições	<b>474.531</b>	274.635	<b>840.173</b>	438.727
Encargos financeiros	<b>33.164</b>	35.018	<b>100.464</b>	83.511
Pagamento principal	<b>(275.000)</b>	(550.000)	<b>(632.091)</b>	(619.195)
Pagamento de juros	<b>(26.022)</b>	(42.999)	<b>(81.070)</b>	(77.373)
Saldo final	<b>497.435</b>	290.762	<b>1.017.491</b>	790.015

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

<b>Item</b>	<b>Empresa</b>	<b>Instituição financeira</b>	<b>Índices financeiros exigidos</b>	<b>Garantias</b>
(a)	EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	BTG Pactual/Banco Itaú Bradesco/HSBC Corretor	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(b)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2014.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(c)	Ecovia/Ecosul	Santander/HSBC	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(d)	Ecocataratas	Banco do Brasil/Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.

## 19. Empréstimos, financiamentos e notas promissórias--Continuação

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(e)	ECO101	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser menor ou igual a 3,00 pontos, com base nas informações consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura.	Aval EcoRodovias Infraestrutura.
(f)	Ecoporto Santos	Unibanco	Não existem manutenção dos índices.	Alienação fiduciária de ações.
(g)	Ecosul	Santander	A razão entre (i) Endividamento Líquido e o EBITDA deverá ser menor ou igual a 1,5; a razão entre (i) o EBITDA e (ii) o Serviço da Dívida deverá ser maior ou igual a 1,5.	Cessão dos direitos creditórios decorrentes da arrecadação de pedágio de todas as praças.
(h)	Ecoporto Santos/Ecoporto Transportes	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(i)	Ecocataratas	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(j)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta-fiança.
(k)	Ecoporto Santos	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(l)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(m)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(n)	Ecoporto Santos	Banco Deutsche Bank AS	Patrimônio líquido (-) Resultado do exercício > 20.000 Patrimônio líquido/ativo Total > 20%	Aval EcoRodovias Infraestrutura.



## 19. Empréstimos, financiamentos e notas promissórias--Continuação

O resumo dos índices financeiros em 31 de dezembro de 2014 está demonstrado a seguir:

(b) Índices financeiros Ecopistas BNDES	<b>Exigido</b>	<b>Medido (*)</b>
(i) PL/passivo total	> 20%	30,13%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,70
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,83
(e) Índices financeiros ECO101 BNDES	<b>Exigido</b>	<b>Medido (*)</b>
(i) Dívida líquida/EBITDA	≤ 3	2,28
(ii) PL/passivo total	> 20%	25,56%
(n) Índices financeiros Ecoporto	<b>Exigido</b>	<b>Medido (*)</b>
(i) PL (-) Resultado do exercício	> 20.000	36.636
(ii) PL/ativo total	> 20%	76%

(\*) Índice não auditado pelos auditores independentes.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das notas promissórias está demonstrada a seguir:

Emissora	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
EcoRodovias Infraestrutura	02/05/2014	275.000	(390)	274.610	105,35% do CDI	11,61%
EcoRodovias Infraestrutura	08/12/2014	200.000	(65)	199.935	105,00% do CDI	11,93%

## 20. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Principal corrigido	3.119.811	2.871.137
Remuneração (juros)	100.664	97.998
Custos com emissão de debêntures (*)	(52.059)	(58.527)
	<b>3.168.416</b>	<b>2.910.608</b>
Circulante	206.960	264.076
Não circulante	2.961.456	2.646.532

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	2.910.608	2.069.647
Adição	290.539	850.639
Encargos financeiros	357.628	294.460
Pagamento principal	(135.210)	(140.549)
Pagamento de juros	(255.149)	(163.589)
Saldo final	<b>3.168.416</b>	<b>2.910.608</b>

Em 31 de dezembro de 2014, a 1ª emissão de Debêntures da controlada indireta Ecovias já havia sido integralmente quitada.

## 20. Debêntures--Continuação

As principais características das debêntures emitidas são:

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (1ª emissão)	Ecovias (2ª emissão)	Ecoporto	Ecovia	Ecosul	Ecopistas
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural não conversível em ações	Nominativa escritural, sem a emissão de cautela, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
Quantidade emitida	80.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)	881 (em duas séries)	600 (série única)	14.300 (série única)	14.800 (série única)	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$10	R\$10	R\$1.000	R\$1.000	R\$10.000	R\$10.000	R\$1.000
Data da emissão	23/10/2012	21/12/2006		19/06/2012	04/11/2014	17/11/2014	15/01/2011
Valor da emissão	R\$800.000 1ª série - R\$240.000 2ª série - R\$160.000 3ª série - R\$400.000	R\$450.000 1ª série - R\$135.000 2ª série - R\$157.500 3ª série - R\$157.500	R\$881.000 1ª série - R\$200.000 2ª série - R\$681.000	R\$600.000	R\$143.000	R\$148.000	R\$370.000 1ª série - R\$92.500 2ª série - R\$92.500 3ª série - R\$92.500 4ª série - R\$92.500
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2014	1ª série - R\$10,14 2ª série - R\$11,56 3ª série - R\$11,56	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$ - 3ª série - R\$ -	1ª série - R\$1.129 2ª série - R\$1.133	Não atualizável	Não atualizável	Não atualizável	1ª série - R\$1.301 2ª série - R\$1.231 3ª série - R\$1.208 4ª série - R\$1.183
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª e 2ª série - IPCA	Não atualizável	Atualização monetária anual pela variação do CDI	Atualização monetária anual pela variação do CDI	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.

## 20. Debêntures--Continuação

	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (1ª emissão)	Ecovias (2ª emissão)	Ecoporto	Ecovia	Ecosul	Ecopistas
Descrição							
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 0,79% ao ano 2ª série - 5,00% a.a. 3ª série - 5,35% a.a.	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA	CDI + 1,85% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário	105,7% do CDI	105,7% do CDI	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/04/2013 a 15/10/2018) 2ª série: parcelas anuais (15/10/2013 a 15/10/2019) 3ª série: parcelas anuais (15/10/2013 a 15/10/2022)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2007 a 01/05/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2008 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2007 a 01/11/2014)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)	Parcelas anuais (15/06/2013 a 15/06/2017)	04/03/2016	04/03/2016	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/2013 a 15/01/2023) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/2012 a 15/10/2022)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15/10/2016 a 15/10/2018) 2ª série: parcelas anuais (15/10/2018 a 15/10/2019) 3ª série: parcelas anuais (15/10/2020 a 15/10/2022)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2010 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2010 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2010 a 01/11/2014)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)	Parcelas anuais (15/06/2014 a 16/06/2019)	04/03/2016	04/03/2016	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/2013 a 15/01/2023) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/2012 a 15/10/2022)

## 20. Debêntures--Continuação

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (1ª emissão)	Ecovias (2ª emissão)	Ecoporto	Ecovia	Ecosul	Ecopistas
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor	n/a	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	<p>a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vencida da amortização de principal e encargos da dívida; e após o pagamento da primeira parcela a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida).</p> <p>b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação).</p>

## 20. Debêntures--Continuação

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (1ª emissão)	Ecovias (2ª emissão)	Ecoporto	Ecovia	Ecosul	Ecopistas
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco BBI S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP	CETIP e CBLC	CETIP E BMF&BOVESPA	CETIP	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.	n/a	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Planner Trustee DTVM Ltda.
Classificação de risco	brAAA	brAAA	brAAA	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	brAA+
Garantias	Não aplicável	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio	n/a	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecoporto/ Termares/Ecoporto Transporte - fiança provisória da EcoRodovias Infraestrutura	Não há garantias de qualquer natureza.	Não há garantias de qualquer natureza.	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação

## 20. Debêntures--Continuação

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (1ª emissão)	Ecovias (2ª emissão)	Ecoporto	Ecovia	Ecosul	Ecopistas
Índices financeiros exigidos	Índices financeiros da Companhia menores ou iguais a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada da Companhia com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos correspondentes ao EBITDA pela despesa financeira líquida. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.	Índices financeiros menores ou iguais a 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e ao principal pagos no exercício), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.	Índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.	Índices financeiros em que a relação da dívida líquida e o (Lucro antes dos impostos, depreciação e amortização - "EBTIDA") dos últimos 12 meses, deve ser inferior: até 2015 a 4,5 pontos, em 2016 a 4,0 pontos, em 2017 a 3,5 e em 2018 a 3,0. E o ("EBITDA") dos últimos 12 meses pelas despesas líquidas deve ser inferior: até 2015 a 2,0 pontos, em 2016 a 2,25 pontos, em 2017 a 2,50 e 2018 a 3,0 pontos. Os índices serão apurados trimestralmente, com base no balanço combinado das empresas Ecoporto Santos S.A. e Ecoporto Transportes Ltda.	Não possuem índices financeiros exigidos	Não possuem índices financeiros exigidos	Índices financeiros conforme segue: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00.

## 20. Debêntures--Continuação

O resumo dos índices financeiros exigidos em 31 de dezembro de 2014 está demonstrado a seguir:

EcoRodovias Concessões	<b>Exigido</b>	<b>Medido (*)</b>
(i) Dívida líquida/EBTIDA	< 3,5	2,00
(ii) EBTIDA/despesa financeira líquida	>2,0	4,08
Ecovias - 1ª emissão	<b>Exigido</b>	<b>Medido (*)</b>
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 2,2	1,59
(ii) Serviço da dívida/EBITDA	> 1,3	3,87
Ecovias - 2ª emissão	<b>Exigido</b>	<b>Medido (*)</b>
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 3,5	1,59
(ii) Despesa financeira/EBITDA	>2,0	6,05
Ecoporto	<b>Exigido</b>	<b>Medido (*)</b>
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 4,5	5,59 (**)
(ii) EBITDA/despesa financeira líquida	> 2,0	1,41 (**)
Ecopistas	<b>Exigido</b>	<b>Medido (*)</b>
(i) PL/passivo total	> 20%	30,13%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,70
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,83

(\*) Índices não auditados pelos auditores independentes.

(\*\*) Índice não atingido, porém amparado por carta-fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2015	-	-	-	108.953	(8.533)	100.420
2016	485.210	(8.018)	477.192	192.721	(7.927)	184.794
2017	233.523	(8.162)	225.361	231.461	(8.162)	223.299
2018	336.587	(7.757)	328.830	332.880	(7.502)	325.378
2019	380.739	(5.732)	375.007	267.045	(5.537)	261.508
2020	337.584	(4.875)	332.709	262.911	(4.875)	258.036
2020 - 2024	1.230.971	(8.614)	1.222.357	1.302.159	(9.062)	1.293.097
	<b>3.004.614</b>	<b>(43.158)</b>	<b>2.961.456</b>	<b>2.698.130</b>	<b>(51.598)</b>	<b>2.646.532</b>

## 20. Debêntures--Continuação

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
EcoRodovias Concessões e Serviços	Debêntures - 1ª série	23/10/2012	240.000	(6.196)	233.804	CDI + 0,79%	CDI + 1,09%
	Debêntures - 2ª série	23/10/2012	160.000	(4.156)	155.844	5,00%+ IPCA	5,20% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	23/10/2012	400.000	(10.502)	389.498	5,35%+ IPCA	5,63% + IPCA
<b>1ª emissão</b>							
Ecovias dos Imigrantes	Debêntures - 1ª série	01/11/2006	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/2006	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32%+ IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/2006	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35%+ IGP-M
<b>2ª emissão</b>							
	Debêntures - 1ª série	15/04/2013	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/04/2013	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
	Debêntures - 2ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
	Debêntures - 3ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
	Debêntures - 4ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
Ecoporto Santos	Série única	15/06/2012	600.000	(4.267)	595.733	CDI + 1,85%	11,89%
Ecosul	Série única	17/11/2014	148.000	(228)	147.772	105,7% CDI	CDI + 4,17%
Ecovia	Série única	04/11/2014	143.000	(233)	142.767	105,7% CDI	CDI + 4,59%
			<b>3.392.000</b>	<b>(77.536)</b>	<b>3.314.464</b>		

## 21. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.



	Natureza	Controladora	Consolidado
		31/12/2014	31/12/2013
		31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante			
Elog S.A. (e)	Controlada	1	8
ECO101 Concessionária de Rodovia S.A. (e)	Controlada	4	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	Controlada		
		42	39
		47	47
Movimentação do intangível:			
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	-
		54.351	32.778
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	-
		11.291	5.302
Contek Engenharia S.A. (f)	Outras partes relacionadas	-	-
		953	-
Incospal Construções Pré-fabricadas Ltda. (i)	Outras partes relacionadas	-	-
		1.941	-
SBS Engenharia e Construções S.A. (b)	Outras partes relacionadas	-	-
		60.071	18.660
Consórcio Serra do Mar (c)	Outras partes relacionadas	-	-
		199.469	116.867
Total do ativo		328.076	173.607
		47	47
		328.076	173.607
		Controladora	Consolidado
		31/12/2014	31/12/2013
		31/12/2014	31/12/2013
Passivo circulante:			
SBS Engenharia e Construções S.A. (b)	Outras partes relacionadas	-	-
		169	1.194
Elog S.A. (e)	Controlada	30	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (e)	Controlada	26	-
	Outras partes relacionadas	-	-
		1.468	262
Consórcio Serra do Mar (c)	Controlada	-	-
Ecoporto Santos S.A. (e)		17	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	-
		124	427
Unimar Transportes Ltda. (g)	Outras partes relacionadas	-	-
		370	-
Vix Logística S.A. (h)	Outras partes relacionadas	-	-
		402	-
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	-
		1.068	1.647
Total do passivo		56	17
		3.601	3.530

## 21. Partes relacionadas--Continuação

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Resultado:					
Receita:					
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	Controlada	530	461	-	-
		<b>530</b>	<b>461</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Despesa/custo:					
Unimar Transportes Ltda. (g)	Outras partes relacionadas	-	-	4.501	-
Vix Logística S.A. (h)	Outras partes relacionadas	-	-	4.876	-
SBS Engenharia e Construções Ltda.(b)	Outras partes relacionadas	-	-	54	-
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.431</b>	<b>-</b>

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul. O saldo tem vencimento em 30 dias.
- (b) A SBS Engenharia e Construções S.A., através da Grant Concessões e Participações S.A., possui 10% de participação na controlada indireta Ecosul e 14,50% da controlada direta ECO101. Presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$40.505 e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$4.000, totalizando R\$44.505, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. O prazo para execução destes serviços é agosto de 2016 e em 31 de dezembro de 2014, há um saldo de serviços a realizar de R\$6.103. Os saldos em aberto a pagar de R\$169 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (c) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da Companhia EcoRodovias, CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a controlada indireta Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$359.008, incluindo aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é janeiro de 2015 e até 31 de dezembro de 2014 foram incorridos R\$339.995, e há um saldo de serviços a realizar de R\$19.013. Os saldos em aberto de R\$1.468 (sobre os serviços contratados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas indiretos da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas e Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$225.842, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução desses serviços é de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2014, há um saldo de serviços a realizar de R\$156.087. Os saldos em aberto a pagar R\$1.192 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

## 21. Partes relacionadas--Continuação

- (e) O saldo refere-se a transferências de funcionários entre as empresas (provisão de férias e 13º salário).
- (f) A Contek Engenharia S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Contek e a Eco101 é de usinagem, e o valor do contrato é de R\$1.020. O prazo de execução deste contrato foi até 13 de setembro de 2014, sendo que foi totalmente executado e não há saldo pagar.
- (g) A Unimar Transportes Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$23.397 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de dezembro já haviam incorridos R\$5.300. Os saldos em aberto já realizados de R\$370 têm o vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidos garantias aos credores.
- (h) A Vix Logística S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$25.109 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de dezembro já haviam incorridos R\$5.732. Os saldos em aberto de serviços já realizados de R\$402 têm o vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidos garantias aos credores.
- (i) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. presta serviços de fornecimento e implantação, transporte e montagem de peças pré-fabricadas para praças de pedágio, ao longo da BR-101/ES. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$4.178. O prazo para execução destes serviços foi até julho de 2014 e em 31 de dezembro de 2014, já foram incorridos R\$1.815. Em 31 de dezembro 2014 não existem saldos em aberto.

Mutante	Mutuário	31/12/2014	31/12/2013	Vencimento	Taxa
EcoRodovias Concessões	Ecocataratas	-	71	31/12/2015	CDI + 1,20% a.a.
EcoRodovias Concessões	Ecopistas	96.252	87.313	31/03/2016	100% CDI
Termares	Tecondi	38.192	38.690	Indeterminado	1% a.a.
		<b>134.444</b>	<b>126.074</b>		

SalDOS de contrato mútuo entre empresas controladas em 31 de dezembro de 2014. Não aparecem nas informações trimestrais por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado.

### Outros contratos entre as partes relacionadas

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as demais empresas do Grupo EcoRodovias. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$209.337, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

## 21. Partes relacionadas--Continuação

### Outros contratos entre as partes relacionadas--Continuação

A Ecoporto Transportes Ltda. presta serviços de transportes e remoções para as coligadas Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Ecoporto Santos S.A., sendo o preço tabelado por unidade de transporte, variando entre R\$50,00 e R\$80,00 por carga. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Termlog faturou R\$18.422 para a Ecoporto e R\$807 para a Termares. O prazo de vencimento destes contratos é em 30 de abril de 2015.

### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2014 em R\$28.000 (R\$13.787 para o exercício de 2013).

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Remuneração (fixa/variável)	<b>9.624</b>	8.705
Gratificações	<b>4.000</b>	-
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 28.f)	<b>5.948</b>	2.971
Plano de incentivo retenção diretoria	<b>7.500</b>	-
Previdência privada	<b>408</b>	398
	<b>27.480</b>	12.074

## 22. Provisão para manutenção - consolidado

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxas de 7,21% a 12,20% ao ano, em média, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2012	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2013	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2014
Constituição da provisão para manutenção	527.890	91.568	-	-	619.458	127.084	-	-	746.542
Efeito do valor presente sobre a constituição	(113.330)	(16.661)	-	-	(129.991)	(21.830)	-	-	(151.821)
Realização da manutenção	(293.314)	-	(92.408)	-	(385.722)	-	(78.661)	-	(464.383)
Ajuste a valor presente - realizações	57.416	-	-	16.887	74.303	-	-	15.183	89.486
	<b>178.662</b>	<b>74.907</b>	<b>(92.408)</b>	<b>16.887</b>	<b>178.048</b>	<b>105.254</b>	<b>(78.661)</b>	<b>15.183</b>	<b>219.824</b>
Circulante	63.531	-	-	-	49.932	-	-	-	66.827
Não circulante	115.131	-	-	-	128.116	-	-	-	152.997

## 23. Provisão para construção de obras futuras - consolidado

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 7,21% e 12,20% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

## 23. Provisão para construção de obras futuras - consolidado--Continuação

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, onde a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2012	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2013	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2014
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	-	-	21.079	-	-	21.079
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(7.326)	(564)	-	(7.890)	(1.687)	-	(9.577)
Ajuste a valor presente - realizações	8.439	-	170	8.609	-	169	8.778
	<b>12.181</b>	<b>(564)</b>	<b>170</b>	<b>11.787</b>	<b>(1.687)</b>	<b>169</b>	<b>10.269</b>
Circulante	2.141	-	-	9.519	-	-	7.832
Não circulante	10.040	-	-	2.268	-	-	2.437

## 24. Obrigações com o poder concedente

### (I) Verbas fixas e variáveis

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Parcelas:		
Outorga Fixa - Ecovias (a)	48.363	57.806
Outorga Variável - Ecosul (e)	139	137
Outorga Variável - Ecovias (b)	1.308	1.206
Outorga Variável - Ecopistas (b)	359	324
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização (c)	223	213
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (d)	588	1.550
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização (f)	261	249
Outras - ECO101 - Verba de fiscalização (g)	419	310
Outras - Ecoporto - Taxas CODESP (h)	1.206	1.256
	<b>52.866</b>	<b>63.051</b>
Circulante	20.618	20.454
Não circulante	32.248	42.597

(a) Conforme o contrato de concessão da controlada indireta Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 31 de dezembro de 2014, restam 40 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 83,33% do total (78,33% em 31 de dezembro de 2013).

(b) A parcela variável da Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.

## 24. Obrigações com o poder concedente--Continuação

### (I) Verbas fixas e variáveis--Continuação

- (c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2014, o valor atualizado mensal é de R\$223 (R\$213 em 31 de dezembro de 2013).
- (d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada indireta Ecovia.
- (e) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- (f) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2014, a parcela reajustada é de R\$261 (R\$249 em 31 de dezembro de 2013).
- (g) Conforme contrato de concessão da controlada direta ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., firmado em 17 de abril de 2013, deverá ser pago a título de fiscalização o valor mensal de R\$310 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2014 o valor atualizado mensal é de R\$419 (R\$310 em 31 de dezembro de 2013).
- (h) Referem-se aos pagamentos de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo - CODESP, da controlada Ecoporto Santos, a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro.

As controladas indireta Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2014	31/12/2013
2015	-	14.194
2016	14.717	12.962
2017	13.440	11.838
2018	4.091	3.603
	<b>32.248</b>	<b>42.597</b>

A movimentação das obrigações com o Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	63.051	68.479
Custo (vide Nota Explicativa nº 30)	56.822	63.925
Variação monetária sobre credor pela concessão	6.393	7.644
Pagamento do principal	(73.400)	(76.997)
Saldo final	<b>52.866</b>	<b>63.051</b>

## 24. Obrigações com o poder concedente--Continuação

### (II) Outros compromissos relativos a concessões

#### *Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.*

A concessionária assumiu a responsabilidade pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

#### *Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.*

A concessionária assumiu a responsabilidade pela duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

#### *Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul*

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

#### *Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas*

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
  - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.



## **24. Obrigações com o poder concedente--Continuação**

### **(II) Outros compromissos relativos a concessões--Continuação**

#### *Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas--Continuação*

- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

#### *Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas*

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.

#### *ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.*

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

## 24. Obrigações com o poder concedente--Continuação

### (II) Outros compromissos relativos a concessões--Continuação

#### *ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.--Continuação*

- Estimativa de gastos para realização dos investimentos de melhoria:

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2014, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

31/12/2014							
	Ecovia Previsão de 2015 a 2021	Ecosul Previsão de 2015 a 2026	Ecovias Previsão de 2015 a 2018	Ecocataratas Previsão de 2015 a 2021	Ecopistas Previsão de 2015 a 2039	ECO101 Previsão de 2015 a 2039	Total
<u>Natureza dos custos</u>							
Melhorias na infraestrutura	124.320	268.509	207.664	49.452	214.667	1.609.519	2.474.131
Conservação especial (manutenção)	54.440	65.486	282.187	291.568	403.270	464.979	1.561.930
Equipamentos	10.427	13.043	45.916	57.693	191.265	312.980	631.324
Total	189.187	347.038	535.767	398.713	809.202	2.387.478	4.667.385

  

31/12/2013							
	Ecovia Previsão de 2014 a 2021	Ecosul Previsão de 2014 a 2026	Ecovias Previsão de 2014 a 2018	Ecocataratas Previsão de 2014 a 2021	Ecopistas Previsão de 2014 a 2039		Total
<u>Natureza dos custos</u>							
Melhorias na infraestrutura	151.439	145.878	471.324	798	293.288		1.062.727
Conservação especial (manutenção)	60.751	31.543	310.235	313.070	409.120		1.124.719
Equipamentos	10.218	11.461	54.323	60.379	187.355		323.736
Total	222.408	188.882	835.882	374.247	889.763		2.511.182

## **25. Informações sobre o contrato de concessão da Ecovia, Ecocataratas e Ecoporto Santos**

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e a Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Administração do Governo do Estado do Paraná nos anos de 2002 a 2010 buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Governo do Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

A Companhia busca, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram o seu contrato de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.

Diante da atual Administração estadual, as concessionárias estão em processo de revisão contratual desde agosto de 2011. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria deferidos.

Os reajustes tarifários de 2011 a 2014 foram aplicados administrativamente, sem necessidade de ações judiciais, assim como o de grau tarifário previsto para dezembro de 2014.

Em março de 2012 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado de solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que promova o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. Foi apresentado pedido de reexame em 23/04/2012 pelas concessionárias em razão da não participação processual. Aguarda-se julgamento.

## **25. Informações sobre o contrato de concessão da Ecovia, Ecocataratas e Ecoporto Santos--Continuação**

Em 09/07/2013, mediante ato do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, foi constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. As concessionárias de rodovia do Estado colaboraram ativamente com os trabalhos, através da entrega de documentos, apresentação de explicações e depoimento de seus Presidentes. A CPI encerrou-se em dezembro de 2014, com a aprovação do relatório final, no qual foram elencadas algumas recomendações.

A Administração está avaliando esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, do acórdão e relatório dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Paraná, respectivamente, assim como em razão da publicação de relatório final da CPI do Pedágio, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento. As eventuais decisões dos Tribunais de Contas, assim como da CPI do Pedágio, ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

## **25. Informações sobre o contrato de concessão da Ecovia, Ecocataratas e Ecoporto Santos--Continuação**

### Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra, a princípio, em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato entende a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, podendo ser concedida pelo Poder Concedente se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP), sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - ANTAQ a responsável pela fiscalização e regulação do setor. Até o presente momento, no que concerne à prorrogação do Contrato, é necessário observar o disposto na Portaria nº 349/2014 da SEP e a Resolução nº 3.220/2014 da ANTAQ, sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos esteja acompanhado de Plano de Investimentos, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, bem como das informações necessárias à avaliação do cumprimento das obrigações contratuais vigentes. O Ecoporto Santos deverá então, ao requerer a prorrogação, instruindo o processo com a documentação pertinente, seguir o procedimento estabelecido na normatização em vigor à época do requerimento, que deverá contar com a participação da SEP e da ANTAQ. Em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de haver prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho e constantes investimentos do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da Resolução ANTAQ nº 3.220/2014 e da Portaria SEP nº 349/2014, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção do Contrato será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento definitivo de duas ações populares, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104, em trâmite perante a 1ª Vara Federal da Subseção de Santos, que questionam a legitimidade do Contrato de Arrendamento e de seus aditivos. Porém, recentes decisões favoráveis proferidas no âmbito da Representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União e do Processo Administrativo Contencioso nº 50300.000155/2013-62 da ANTAQ, sobre a mesma matéria, reconheceram a necessidade da manutenção do Contrato de Arrendamento e a possibilidade de sua prorrogação. Assim, a Administração considera significativa a probabilidade de êxito nas demandas judiciais, em linha com os recentes julgamentos favoráveis sobre o mesmo tema e com base nas argumentações trazidas nos recursos de apelação ajuizados pelo Ecoporto Santos, que pendem de julgamento. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

## 26. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Salários e outras obrigações a pagar	<b>5.599</b>	5.172	<b>27.243</b>	23.498
INSS a recolher	<b>1.496</b>	264	<b>5.425</b>	4.579
FGTS a recolher	<b>449</b>	86	<b>2.121</b>	1.477
IRRF a recolher	<b>1.533</b>	361	<b>3.789</b>	2.348
Provisão de férias	<b>1.774</b>	1.074	<b>19.491</b>	15.625
Contribuição sindical a recolher	-	-	<b>14</b>	22
Encargos sobre provisões a recolher - INSS e FGTS	<b>536</b>	375	<b>5.796</b>	5.902
	<b>11.387</b>	7.332	<b>63.879</b>	53.451

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

## 27. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

### Política contábil

O Grupo EcoRodovias faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Controladora	
	Cíveis (a)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013		
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	48	48
(-) Pagamentos	-	-
(+) Atualização monetária	-	-
(+/-) Reclassificações	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	48	48
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	21	21
(-) Pagamentos	-	-
(+) Atualização monetária	6	6
(+/-) Reclassificações	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	75	75

## 27. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis--Continuação

### Política contábil--Continuação

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Tributárias (b)	Trabalhistas (c)	Total
SalDOS em 1º de janeiro de 2013	85.877	2.676	17.888	106.441
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	43.862	(1.221)	7.892	50.533
(-) Pagamentos	(14.361)	(64)	(14.641)	(29.066)
(+) Atualização monetária	4.783	336	2.121	7.240
(+/-) Reclassificações	(6.533)	3.262	3.271	-
SalDOS em 31 de dezembro de 2013	113.628	4.989	16.531	135.148

  

	Trabalhistas			
	Cíveis (a)	Tributárias (b)	(c)	Total
SalDOS em 1º de janeiro de 2014	113.628	4.989	16.531	135.148
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	16.762	1.626	6.985	25.373
(-) Pagamentos	(4.693)	(325)	(5.016)	(10.034)
(+) Atualização monetária	5.496	265	2.798	8.559
(+/-) Reclassificações	(2.740)	133	2.607	-
SalDOS em 31 de dezembro de 2014	128.453	6.688	23.905	159.046

#### (a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$46.581 em 31 de dezembro de 2014 (R\$36.535 em 31 de dezembro de 2013), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

As principais causas com perdas prováveis, ou seja, com constituição de provisão são:

- (i) A controlada indireta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro (R\$39.895 atualizado até 31 de dezembro de 2014), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014 foi oferecido depósito judicial no montante de R\$38.828, sendo que para 31 de dezembro de 2014 o valor atualizado deste depósito é de R\$39.895.
- (ii) A controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial e mediante depósito dos valores cobrados, à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal no mês de agosto de 2012, a Ecoporto Santos decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito retomar a cobrança oportunamente. Para tanto, estão pendentes de julgamento recursos e medidas judiciais objetivando conceder ao Ecoporto Santos autorização para retomada da referida cobrança. Em 31 de dezembro de 2014, o valor contingenciado é de R\$64.492 (R\$58.199 em 31 de dezembro de 2013). Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída.

## 27. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis--Continuação

### Política contábil--Continuação

#### (b) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 31 de dezembro de 2014, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$28.560 (R\$19.031 em 31 de dezembro de 2013), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Os principais processos tributários são conforme segue:

Decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada indireta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. O valor estimado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$6.730 (R\$5.359 em 31 de dezembro de 2013).

#### (c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante, exceto ação mencionada abaixo. Em 31 de dezembro de 2014, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$67.627 (R\$37.012 em 31 de dezembro de 2013), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A principal causa provável, ou seja, com constituição de provisão, é da controlada indireta Ecocataratas que possui uma ação de responsabilidade solidária referente à reclamação trabalhista de ex-colaborador da empresa Qualix Serviços Ambientais S.A., pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). Em 1º de agosto de 2011, a Ecocataratas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R\$6.439. A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, tendo em 30 de novembro de 2012 sido constituída provisão de R\$7.127. Em 30 de outubro de 2013, o Banco Bradesco executou a carta fiança em favor do reclamante, restando um saldo a pagar para essa ação, atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$2.097. Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a EcoRodovias Infraestrutura, há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Tal dever foi objeto de procedimento arbitral instaurado pela EcoRodovias Infraestrutura perante a Câmara de Comércio Brasil Canadá, o qual foi reconhecido em sentença, devendo a Sideco S.A. pagar a EcoRodovias 84,48% do valor da condenação. A Sideco reconheceu a validade desta decisão, e pagará mediante acordo realizado a partir de janeiro de 2015.

## 28. Patrimônio líquido - consolidado

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social subscrito e integralizado de R\$1.320.549 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

#### b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o exercício do direito de preferência.



## 28. Patrimônio líquido - consolidado--Continuação

### c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo é de R\$155.342 (R\$131.747 em 31 de dezembro de 2013).

### d) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital

Em 28 de abril de 2014, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária, o montante de R\$388.105 registrado na rubrica "Orçamento de capital" nos anos de 2010 e 2011 foi destinado ao pagamento de dividendos.

### e) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A política de distribuição de dividendos da Companhia prevê que seja distribuído pelo menos 50% do lucro líquido do exercício. O montante de dividendos pagos em 2014 no valor de R\$798.471 refere-se a: R\$388.105 reversão da retenção de orçamento de capital conforme Nota Explicativa nº 28.d; R\$197.958 saldo remanescente de dividendos remanescentes de 2013, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2014; e R\$82.303 juros sobre capital calculados no exercício de 2014 e R\$130.105 dividendos intermediários do exercício de 2014, aprovados em reunião do conselho de administração, o qual submeterão à Assembleia Geral Ordinária em abril de 2015.

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	<b>471.900</b>	397.850
Constituição de reserva legal	<b>(23.595)</b>	(19.892)
Base de cálculo dos dividendos	<b>448.305</b>	377.958
Dividendos intermediários pagos	<b>(130.105)</b>	(180.000)
Juros sobre capital próprio	<b>(82.303)</b>	-
Dividendos pagos (a pagar) no exercício seguinte	<b>(235.897)</b>	(197.958)

### f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo.

## 28. Patrimônio líquido - consolidado--Continuação

### f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “despesas de pessoal” corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais.

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

O plano de opção com base em ações da Companhia, emitido em 2010, tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela Companhia, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da Companhia, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia.

O Conselho de Administração disponibilizou 11.666.277 ações ordinárias para esse plano, como segue:

<b>Data</b>	<b>1ª outorga 31/08/2010</b>	<b>2ª outorga 22/03/2011</b>	<b>3ª outorga 25/04/2012</b>	<b>4ª outorga 25/04/2013</b>	<b>5ª outorga 28/04/2014</b>
Quantidade de opções de ações	685.764	1.212.045	1.524.074	2.594.808	<b>5.649.586</b>
Preço de período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51	<b>R\$12,18</b>
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	<b>IPCA</b>

## 28. Patrimônio líquido - consolidado--Continuação

### f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

A Companhia reconhece no resultado, durante o exercício de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi registrado na rubrica "Plano de opção com base em ações" o valor de R\$5.948 (R\$2.971 em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	685.764	-	-	-	-	685.764
Outorgadas	-	1.212.045	-	-	-	1.212.045
Exercidas	(21.942)	-	-	-	-	(21.942)
Canceladas	(17.553)	-	-	-	-	(17.553)
Em 31 de dezembro de 2011	646.269	1.212.045	-	-	-	1.858.314
Outorgadas	-	-	1.524.074	-	-	1.524.074
Exercidas	(257.410)	(196.899)	-	-	-	(454.309)
Em 31 de dezembro de 2012	388.859	1.015.146	1.524.074	-	-	2.928.079
Outorgadas	-	-	-	2.594.808	-	2.594.808
Exercidas	(79.886)	(168.658)	(96.913)	-	-	(345.457)
Canceladas	(81.715)	(246.373)	(377.491)	(622.951)	-	(1.328.530)
Em 31 de dezembro de 2013	227.258	600.115	1.049.670	1.971.857	-	3.848.900
Outorgadas	-	-	-	-	-	-
Exercidas	-	-	-	-	-	-
Canceladas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2014	227.258	600.115	1.049.670	1.971.857	-	3.848.900
Outorgadas	-	-	-	-	5.649.586	5.649.586
Exercidas	-	-	-	-	-	-
Canceladas	-	-	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2014	227.258	600.115	1.049.670	1.971.857	5.649.586	9.498.486
Outorgadas	-	-	-	-	-	-
Exercidas	-	-	-	-	-	-
Canceladas	-	-	-	-	-	-
Em 30 de setembro de 2014	227.258	600.115	1.049.670	1.971.857	5.649.586	9.498.486
Outorgadas	-	-	-	-	-	-
Exercidas	-	-	-	-	-	-
Canceladas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	<b>227.258</b>	<b>600.115</b>	<b>1.049.670</b>	<b>1.971.857</b>	<b>5.649.586</b>	<b>9.498.486</b>

## 28. Patrimônio líquido - consolidado--Continuação

### f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

A aquisição do direito ao exercício da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total do custo	Prazo para exercer
2015	15,67	2.745.129	2,56	7.014	11 meses
2016	15,61	2.442.119	2,67	6.529	23 meses
2017	15,62	2.061.099	3,16	6.513	35 meses
2018	12,37	1.412.397	2,10	2.966	47 meses
		8.660.744		23.022	

### g) Ações em tesouraria

#### *Política contábil*

Instrumentos patrimoniais próprios readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

O Conselho de Administração aprovou quatro programas de recompra de ações que ocorrerão sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, como demonstrado a seguir:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013	06/06/2014
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081	199.611.859
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000	2.400.000

## 28. Patrimônio líquido - consolidado--Continuação

### g) Ações em tesouraria--Continuação

#### *Política contábil--Continuação*

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora e Consolidado		Custo médio - R\$ por ação
	Ações		
	Quantidade	Valor	
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	149.502	(2.011)	13,45
Exercidas em 2012	(454.309)	6.945	15,29
Recompra em 2012	480.495	(7.759)	16,15
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	175.688	(2.825)	16,08
Exercidas em 2013	(345.457)	5.883	17,03
Recompra em 2013	712.482	(11.546)	16,21
Cessão diretores	(3)	-	17,03
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	542.710	(8.488)	15,64
Recompra em 2014	1.040.282	(13.044)	12,65
Saldo final em 30 de junho de 2014	1.582.992	(21.532)	13,60
Recompra em 2014	205.000	(2.513)	12,26
Saldo final em 30 de setembro de 2014	1.787.992	(24.045)	13,45
Recompra em 2014	445.000	(5.422)	12,18
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	<b>2.232.992</b>	<b>(29.467)</b>	<b>13,20</b>

A Companhia mantém em tesouraria 2.232.992 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 31 de dezembro de 2014, de R\$10,66. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 31 de dezembro de 2014, é de R\$23.804.

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$30.825, transferida para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social.

### h) Participações dos acionistas não controladores

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	26.059	17.911
Participação nos lucros	2.350	1.662
Opções outorgadas reconhecidas	103	-
Aporte de capital de acionista não controlador	31.500	-
Venda de participação ECO101	-	12.819
Pagamento de dividendos a acionista não controlador	(6.195)	(6.333)
Saldo final	<b>53.817</b>	<b>26.059</b>

## 29. Receita líquida - consolidado

### Política contábil

#### *Receitas*

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) As receitas de logística são reconhecidas quando da utilização do pátio pelos caminhões e quando da movimentação, da armazenagem e dos reparos de contêineres vazios.
- c) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- d) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.
- e) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

#### *Imposto sobre prestação de serviços*

Receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre prestação de serviços, exceto quando os impostos sobre prestação de serviços incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre prestação de serviços são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre prestação de serviços.

## 29. Receita líquida - consolidado--Continuação

### Política contábil--Continuação

#### *Imposto sobre prestação de serviços--Continuação*

Quando o valor líquido dos impostos sobre a prestação de serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	31/12/2014	31/12/2013
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	790.759	718.492
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	935.908	804.230
Vale-pedágio	160.253	165.664
Outras	762	770
	<b>1.887.682</b>	1.689.156
Receitas de construção	713.563	505.830
Receitas portuárias (d)	508.346	615.184
Receitas acessórias (b)	62.605	55.639
Receita de prestação de serviços intercompany (c)	11.261	3.000
Receita bruta total	<b>3.183.457</b>	2.868.809
Deduções de receita (e)	<b>(246.456)</b>	(229.750)
Receita líquida	<b>2.937.001</b>	2.639.059

- (a) Referem-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.
- (b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
- (c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias.
- (d) Referem-se às receitas auferidas pelas empresas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos, Ecoporto Transportes e Termares.
- (e) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue quadro com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita:

	31/12/2014	31/12/2013
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	1.887.682	1.689.156
Receitas portuárias	508.346	615.184
Receitas acessórias	73.866	58.639
	<b>2.469.894</b>	2.362.979
<u>Deduções</u>		
Cofins (i)	(106.360)	(98.792)
PIS (ii)	(23.065)	(21.449)
ISS (iii)	(116.653)	(109.142)
Outros - ICMS	(168)	(294)
Devoluções e abatimentos	(210)	(73)
	<b>(246.456)</b>	(229.750)

- (i) Alíquota para: concessionárias 3% e portos 7,6%.
- (ii) Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos 1,65%.
- (iii) Alíquota de média de 4,7%.

### 30. Custos e despesas operacionais - por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal	43.554	22.890	373.440	313.125
Conservação e manutenção e outros	815	500	86.404	96.086
Serviços de terceiros (*)	49.282	45.233	309.325	304.177
Seguros (vide Nota Explicativa nº 36)	255	267	18.486	18.180
Depreciações e amortizações	644	607	308.957	236.631
Poder concedente	-	-	56.822	63.925
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	2.203	2.098	28.575	24.885
Provisão para manutenção	-	-	105.254	74.907
Custo de construção de obras	-	-	713.563	505.830
Outros custos e despesas operacionais	3.122	4.782	78.806	73.964
	<b>99.875</b>	<b>76.377</b>	<b>2.079.632</b>	<b>1.711.710</b>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	1.721.156	1.346.606
Despesas gerais e administrativas	99.875	76.377	358.476	365.104
	<b>99.875</b>	<b>76.377</b>	<b>2.079.632</b>	<b>1.711.710</b>

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

### 31. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	12.407	21.480	99.276	96.895
Juros ativos	-	-	-	5.384
Receita de operação swap	-	-	905	-
Variação monetária sobre debêntures	-	-	4.745	-
Atualização monetária de créditos fiscais	826	1.505	14.167	8.124
Variação cambial sobre empréstimos	-	-	1.372	-
Outras	-	-	7.180	3.004
	<b>13.233</b>	<b>22.985</b>	<b>127.645</b>	<b>113.407</b>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	-	-	(221.794)	(191.856)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(32.726)	(32.585)	(96.175)	(81.078)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	(133.590)	(91.798)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	(6.393)	(7.644)
Amortização de custos com emissão de debêntures	-	-	(6.989)	(10.806)
Ajuste a valor presente - interpretação técnica ICPC 01	-	-	(15.352)	(17.057)
Despesas bancárias	(110)	(453)	(1.213)	(1.952)
Variação cambial sobre financiamentos	-	-	(5.697)	(100)
Comissão notas promissórias	(438)	(2.433)	(438)	(2.433)
Despesa de operação swap	-	-	(431)	-
Atualização monetária contingências	(366)	(748)	(13.252)	(10.298)
Outras	(1.304)	(2.485)	(18.831)	(23.862)
	<b>(34.944)</b>	<b>(38.704)</b>	<b>(520.155)</b>	<b>(438.884)</b>
Resultado financeiro	<b>(21.711)</b>	<b>(15.719)</b>	<b>(392.510)</b>	<b>(325.477)</b>



## 32. Lucro por ação

Controladora e Consolidado	31/12/2014	31/12/2013
Lucro básico por ação das operações continuadas	<b>0,85</b>	0,71
Lucro diluído por ação das operações continuadas	<b>0,84</b>	0,71

### a) Lucro básico por ação

Controladora e Consolidado	31/12/2014	31/12/2013
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	<b>471.900</b>	397.850
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	<b>558.699</b>	558.699
Média ponderada das ações em tesouraria	<b>(1.614)</b>	(514)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	<b>557.085</b>	558.185
Lucro básico por ação - R\$	<b>0,85</b>	0,71

### b) Lucro diluído

Controladora e Consolidado	31/12/2014	31/12/2013
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	<b>471.900</b>	397.850
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	<b>557.085</b>	558.185
Ajuste por opções de compra de ações exercíveis	<b>1.614</b>	514
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído	<b>558.699</b>	558.699
Lucro diluído por ação - R\$	<b>0,84</b>	0,71

## 33. Participação nos Lucros e Resultados - PLR

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a participação nos lucros e resultados foi de R\$1.472 (R\$734 em 31 de dezembro de 2013), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

### 34. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado

#### Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

#### *Índice de endividamento*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Dívida (a)	<b>497.435</b>	290.762	<b>4.238.770</b>	3.763.674
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<b>(12.194)</b>	(177.016)	<b>(660.719)</b>	(1.152.588)
Dívida líquida	<b>485.241</b>	113.746	<b>3.578.051</b>	2.611.086
Patrimônio líquido (b)	<b>1.730.369</b>	2.071.970	<b>1.784.186</b>	2.098.029
Índice de endividamento líquido	<b>0,28</b>	0,05	<b>2,01</b>	1,24

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 19, 20 e 24.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

#### *Considerações gerais*

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs, fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 100,6% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

### 34. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado-- Continuação

#### Gestão de capital--Continuação

#### *Considerações gerais--Continuação*

- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 19, 20 e 24.

#### *Valor justo de ativos e passivos financeiros*

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2014 são como segue:

	<b>Classificação</b>	<b>Saldo contábil</b>	<b>Valor justo</b>
<b>Ativos:</b>			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	<b>25.618</b>	<b>25.618</b>
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	<b>162.733</b>	<b>162.733</b>
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	<b>635.101</b>	<b>635.101</b>
<b>Passivos:</b>			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	<b>90.799</b>	<b>90.799</b>
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	<b>1.017.491</b>	<b>1.017.491</b>
Debêntures (c)	Outros passivos financeiros	<b>3.168.416</b>	<b>3.168.416</b>
Obrigações com o Poder Concedente (d)	Outros passivos financeiros	<b>52.866</b>	<b>58.219</b>

(a) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(d) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com o Poder Concedente".

### 34. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado-- Continuação

#### Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

#### a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

#### (i) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas por algumas controladas da Companhia, com as quais possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o saldo devedor em moeda estrangeira - Finimp é conforme segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ecoporto Santos S.A. - US\$	<b>20.028</b>	4.012

#### (ii) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

### **34. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado--** Continuação

#### Gestão de riscos--Continuação

##### b) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$95.359 (R\$85.228 em 31 de dezembro de 2013), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

##### c) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

### 34. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado-- Continuação

#### Gestão de riscos--Continuação

#### c) *Risco de liquidez--Continuação*

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	37.992	39.655	37.585	138.145
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	-	10.820	6.343	33.151
Obrigações com o Poder Concedente	IGP-M	12.212	16.830	17.449	168.756
Debêntures	CDI + 0,79% a.a.	27.558	29.052	99.599	170.365
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	35.292	58.241	64.147	691.951
Debêntures	IPCA + 5,00% a.a.	9.203	10.263	10.846	259.573
Debêntures	IPCA + 5,35% a.a.	24.615	27.453	29.012	847.046
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	8.182	9.010	9.719	326.911
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	31.376	34.554	37.272	1.556.538
Capital de giro	105,7% do CDI	34.316	303.949	-	-
Finame	6,00% a.a.	256	248	236	528
Finame	2,50% a.a.	52	51	50	225
Finame	3,00% a.a.	60	58	57	28
Finame	TJLP + 2,99% a.a.	460	429	154	-
BNDES	TJLP + 2,10% a.a.	7.934	7.482	7.025	3.888
BNDES	TJLP + 3,16% a.a.	147.794	-	-	-
BNDES	Cesta de moedas + 3,16% a.a.	58.790	-	-	-
Nota promissória	105,35% CDI	530.789	-	-	-
Debêntures	CDI + 1,85% a.a.	68.356	151.602	139.652	410.875
Finame	TJLP + 4,16% a.a.	1.571	1.012	-	-
Capital de giro	CDI + 3,00% a.a.	7.869	-	-	-
Finame	6,00% a.a.	1.182	1.793	1.708	4.013
Finame	7,70% a.a.	2.004	1.874	888	-
Finimp	VC + Libor 6 meses	5.335	3.465	8.237	42.033

#### Análise de sensibilidade

#### *Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

### 34. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado-- Continuação

#### Análise de sensibilidade--Continuação

#### *Risco de variação nas taxas de juros--Continuação*

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA, do IGP-M e Cestas de Moedas, principais indicadores das debêntures e dos empréstimos e financiamentos, contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III -50%
Juros de aplicações financeiras (e)	Baixa do CDI	53.449	40.086	26.724
Juros sobre a 1ª série das debêntures - EcoRodovias (a)	Alta do CDI	(27.827)	(32.712)	(37.522)
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures - EcoRodovias (c)	Alta do IPCA	(33.902)	(34.819)	(35.745)
Juros sobre a 1ª e 2ª séries das debêntures - Ecovias 2ª emissão (c)		(39.628)	(40.383)	(41.141)
Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures - Ecopistas (c)	Alta do IPCA	(35.348)	(35.959)	(36.575)
Notas promissórias (a)	Alta do CDI	(56.295)	(64.515)	(72.684)
Empréstimos e financiamentos (d)	Alta da TJLP	(24.862)	(28.706)	(32.514)
Empréstimos e financiamentos (a)	Alta do CDI	(37.643)	(45.109)	(52.549)
Empréstimos e financiamentos (e) e (f)	Alta da Libor e USD	(1.261)	(1.626)	(2.010)
Juros sobre debêntures - série única - Ecoporto Santos	Alta do CDI	(68.745)	(75.045)	(81.249)
Empréstimos e financiamentos (e)	Alta da Cesta de Moedas	(4.356)	(4.971)	(5.586)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IGP-M	(77)	(96)	(115)
Juros a incorrer, líquidos		(276.495)	(323.855)	(370.966)

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2014 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

#### *Risco de mudança nas taxas de câmbio*

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Empréstimos e financiamentos	Alta do US\$	(1.261)	(1.626)	(2.010)

(\*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

### 34. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado-- Continuação

#### Análise de sensibilidade--Continuação

#### *Risco de mudança nas taxas de câmbio--Continuação*

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses, com exceção da Libor, que são 6 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI	11,75%	14,69%	17,63%
IGP-M	5,73%	7,16%	8,60%
IPCA	6,71%	8,39%	10,07%
TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
US\$	2,75	3,44	4,13
EUR	3,23	4,03	4,84
Libor (6 meses)	0,36%	0,45%	0,54%
Cesta de moedas	4,10%	5,12%	6,15%
UMBDES	0,052	0,065	0,078

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

### 35. Plano de previdência privada - consolidado

A Companhia possui um plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas contribuíram com a quantia de R\$3.092 (R\$2.299 em 31 de dezembro de 2013), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

### 36. Seguros contratados - consolidado

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.



### 36. Seguros contratados - consolidado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2014, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura
Seguro-garantia	R\$861 milhões
"All Risk" - diversos	R\$4,8 milhões
"All Risk" - responsabilidade civil	R\$1,1 milhões
"All Risk" - danos materiais	R\$7,3 milhões
Seguro-sede	R\$4 milhões
"All Risk" - perda de receita	R\$1,6 milhões
Veículos	Tabela FIPE
"All Risk" - obras de conservação e manutenção	R\$200 milhões
"All Risk" - operador portuário	US\$230 milhões
Multirrisco	R\$20 milhões

### 37. Informações por segmento - consolidado

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision-Maker - CODM").

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

#### a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas e ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

### 37. Informações por segmento - consolidado--Continuação

b) Logística

Os sistemas logísticos são formados pela integração entre as concessões rodoviárias do Grupo EcoRodovias e situadas em áreas estratégicas do território brasileiro com plataformas logísticas, que visam integrar terminais logísticos intermodais, terminais portuários, terminais retroportuários, centros de distribuição, recintos alfandegários e portos, bem como a prestação de serviços integrados de logística, sempre buscando um diferencial de valor agregado. A Companhia detém 80% das empresas de logística. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes empresas: Elog S.A., Elog Logística Sul Ltda., Ecopátio Logística Cubatão Ltda., ELG-01 Participações Ltda., Anish Empreendimentos e Participações Ltda. e Paquetá Participações Ltda.

c) "Holding" e serviços

Esse segmento compreende a operação dos serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil. Além da STP, esse segmento apresenta as empresas EIL01, EIL02, EIL03 e EIL04 e as "Holdings" EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., "holding" do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

d) Portos

Esse segmento compreende as operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, neste segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Ecoporto Transporte Ltda..

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Concessões	<b>72,9%</b>	67,3%
Logística	<b>8,1%</b>	7,8%
"Holding" e serviços	<b>5,5%</b>	6,0%
Portos	<b>13,5%</b>	18,9%

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

[illegible]

## 37. Informações por segmento - consolidado--Continuação

31 de dezembro de 2014									
Contas	Concessões	Portos	Logística	Holding e serviços	Combinado	Eliminações	Consolidado	Ajustes CPC 36 (R3)/ IFRS10	Consolidado contábil
Ativo circulante	422.468	111.267	78.320	447.576	1.059.631	(75.973)	983.658	(60.958)	922.700
Ativo não circulante	4.156.137	830.901	569.280	3.507.491	9.063.809	(2.990.324)	6.073.485	(254.161)	5.819.324
Total do ativo	4.578.605	942.168	647.600	3.955.067	10.123.440	(3.066.297)	7.057.143	(315.119)	6.742.024
Passivo circulante	578.725	246.035	128.970	550.719	1.504.449	(128.088)	1.376.361	(101.475)	1.274.886
Passivo não circulante	2.855.142	591.665	267.052	868.802	4.582.661	(686.065)	3.896.596	(213.644)	3.682.952
Patrimônio líquido	1.144.738	104.468	251.578	2.535.546	4.036.330	(2.252.144)	1.784.186	-	1.784.186
Total do passivo e patrimônio líquido	4.578.605	942.168	647.600	3.955.067	10.123.440	(3.066.297)	7.057.143	(315.119)	6.742.024

  

31 de dezembro de 2014									
Contas	Concessões	Portos	Logística	Holding e serviços	Combinado	Eliminações	Consolidado	Ajustes CPC 36 (R3)/ IFRS10	Consolidado contábil
Receita líquida	2.542.564	471.915	284.365	190.696	3.489.540	(321.924)	3.167.616	(230.615)	2.937.001
Custo dos serviços prestados	(1.389.132)	(240.163)	(251.872)	(131.370)	(2.012.537)	86.348	(1.926.189)	205.033	(1.721.156)
Lucro bruto	1.153.432	231.752	32.493	59.326	1.477.003	(235.576)	1.241.427	(25.582)	1.215.845
Receitas (despesas) operacionais	(230.097)	(143.102)	(69.203)	134.529	(307.873)	180.664	(127.209)	49.202	(78.007)
Equivalência patrimonial	-	-	-	790.453	790.453	(790.020)	433	(28.853)	(28.420)
Lucro/prejuízo operacional antes do resultado financeiro	923.335	88.650	(36.710)	984.308	1.959.583	(844.932)	1.114.651	(5.233)	1.109.418
Resultado financeiro	(296.673)	(75.563)	(28.685)	(81.764)	(482.685)	67.469	(415.216)	22.706	(392.510)
Lucro/prejuízo operacional antes dos impostos	626.662	13.087	(65.395)	902.544	1.476.898	(777.463)	699.435	17.473	716.908
Imposto de renda e contribuição social	(209.969)	(5.712)	24.465	(30.160)	(221.376)	(3.809)	(225.185)	(17.473)	(242.658)
Lucro/prejuízo líquido do exercício	416.693	7.375	(40.930)	872.384	1.255.522	(781.272)	474.250	-	474.250
Atribuível a:									
Companhia	-	-	-	-	-	-	-	-	2.350
Outros acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	471.900

## 38. Evento subsequente

Em 03 de fevereiro de 2015, a controlada em conjunto Elog S.A, realizou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, com garantia adicional fidejussória, em série única, no montante de R\$60.000, sendo 6 mil debêntures ao valor unitário de R\$10. A liquidação dos valores ocorreu em 20 e 27 de fevereiro de 2015, sendo R\$40.000 e R\$20.000 respectivamente.